

Campinas tem menor número de beneficiários do Bolsa Família desde 2020

Município tem 51 mil famílias no programa, menor patamar recente

Campinas atingiu, em março de 2026, o menor número de famílias atendidas pelo Bolsa Família em pelo menos seis anos, ou seja, pelo menos desde 2020. Ao todo, 51.235 lares receberam o benefício, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS).

O número representa uma queda de 12,4% em relação ao mesmo mês de 2025, quando 58.518 famílias eram atendidas na cidade. Na comparação com março de 2023, período em que o programa foi retomado com o nome Bolsa Família após a fase do Auxílio Brasil, a redução chega a 22,3%.

A retração consolida uma tendência de queda contínua após o pico registrado no pós-pandemia. Naquele momento, o programa alcançou 65.953 famílias em Campinas, o maior patamar da série recente.

Desde então, os dados mostram um recuo gradual. Em março de 2023 eram 65.953 famílias; em março de 2024, 61.012; março de 2025, 58.518; março de 2026, 51.235 famílias.

Mesmo com a redução, o al-

cance do programa segue expressivo. Em março deste ano, o Bolsa Família atendeu 134.219 pessoas na cidade, o equivalente a 11,29% da população estimada em 1.187.974 habitantes pelo IBGE.

O volume de recursos também permanece elevado. Foram R\$ 34,5 milhões transferidos ao município no período, com valor médio de R\$ 682,60 por família.

Recuperação econômica e revisão de cadastros

A queda no número de beneficiários ocorre em um contexto que combina fatores econômicos e administrativos. De um lado, o governo federal aponta que parte das famílias deixou de atender aos critérios do programa após melhorar na renda e inserção no mercado de trabalho.

De outro, houve um processo de revisão e qualificação das informações do Cadastro Único, base que reúne os dados das famílias de baixa renda no país. Segundo o MDS, esse movimento contribuiu para tornar o sistema mais preciso e reduzir pagamentos considerados indevidos. O desenho do



Criança segura cartão do Bolsa Família, principal programa de renda do país

programa também prevê a chamada “porta de saída”, em que o benefício é interrompido quando a renda familiar ultrapassa o limite estabelecido.

Apesar da tendência de queda, os números indicam que a dependência do programa ainda é relevante em Campinas. Hoje, mais de 1 em cada 9 moradores está diretamente vinculado ao Bolsa Família.

Criado em 2004, o programa de transferência de renda é considerado uma das principais políticas públicas de combate à pobreza no país, com impacto direto no acesso à alimentação, educação e saúde.

A redução recente, portanto, pode refletir tanto uma melhoria nas condições de vida de parte da população quanto os efeitos de um controle mais rigoroso sobre os cadastros, dois movimentos

que, combinados, ajudam a redefinir o alcance do programa na cidade.

Milhares de vidas salvas

Um estudo publicado em maio de 2025 na revista *The Lancet Public Health* revela que o Programa Bolsa Família (PBF), um dos maiores programas de transferência de renda com condicionalidades do mundo, teve impacto expressivo na saúde da população brasileira ao longo de seus 20 anos de existência. Conduzida por pesquisadores da Fiocruz, da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade de Barcelona (UB), a análise mostra que, entre 2004, quando o PBF foi criado, e 2019, o programa evitou mais de 700 mil mortes e 8 milhões de internações hospitalares, com efeitos especialmente significativos entre crianças me-

nores de cinco anos e idosos com mais de 70 anos.

A pesquisa é considerada a primeira avaliação abrangente de impacto do programa sobre mortalidade por todas as causas em todas as idades. Os pesquisadores Rômulo Paes de Sousa, do Centro de Estudos Estratégicos (CEE/Fiocruz), Daniella Cavalcanti (UFBA) e Davide Rasella (UC) e colegas examinaram dados de 3.671 municípios, definidos pela qualidade adequada de registro civil e das estatísticas, representando mais de 87% da população brasileira.

No Brasil, avaliações anteriores também demonstraram que o programa Bolsa Família alcançou impactos positivos pois reduziu os riscos de doenças infantis e maternas, bem como a mortalidade por causas específicas, como HIV/Aids e tuberculose, especialmente em populações mais vulneráveis.

Estudo do CNPEM avança na compreensão de transtornos neurológicos

Uma pesquisa liderada por cientistas do CNPEM (Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais), em Campinas (SP), identificou um mecanismo até então desconhecido no funcionamento de uma importante proteína humana: o íon cloreto é capaz de interferir diretamente na atividade de uma substância essencial para o correto desenvolvimento neurológico. O estudo foi publicado esta semana na *Science Signaling*, revista científica internacional especializada em pesquisas sobre sinalização celular.

Embora ainda esteja no campo da pesquisa básica, o estudo representa um avanço significativo na compreensão dos mecanismos moleculares por trás da síndrome DDX3X, condição

genética rara que afeta o desenvolvimento cerebral. “Antes de pensar em tratamento, é essencial entender o que acontece no nível molecular desses transtornos. O trabalho ajuda a construir essa base científica fundamental”, afirma a pesquisadora do CNPEM, Juliana Oliveira.

A descoberta abre novas possibilidades para investigações futuras e pode, a longo prazo, contribuir para o desenvolvimento de estratégias terapêuticas voltadas a melhorar a qualidade de vida dos pacientes com estes transtornos do neurodesenvolvimento.

O trabalho foi conduzido por pesquisadores do CNPEM, com participação de outras instituições brasileiras, e investigou a proteína DDX3X, fundamental



Cientistas do CNPEM identificam novo mecanismo celular

para o processamento do RNA e já associada a quadros de deficiência intelectual e alterações no desenvolvimento cerebral.

Até então conhecido principalmente por sua função no

equilíbrio químico das células, o cloreto revelou um papel muito mais ativo. Os cientistas demonstraram que esse íon se liga diretamente à proteína DDX3X, interferindo em sua atividade

enzimática e função celular. Na prática, essa interação reduz a capacidade da proteína de realizar uma função essencial: separar fitas de RNA, como se fosse um zíper, etapa fundamental para que as informações genéticas sejam corretamente usadas pelas células. Além disso, o estudo mostrou que o cloreto também influencia a formação dos chamados “grânulos de estresse”, estruturas celulares que ajudam a proteger o material genético em situações adversas, processo especialmente importante durante o desenvolvimento do sistema nervoso. O estudo foi conduzido por mais de 20 cientistas.

As informações são do CNPEM (Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais)